

PERFIL DE LINDOLFO COLLOR (*)

Fevereiro de 1890. A década tinha pressa de virar o século e viver a vanguarda da História. A empresa colonial encontrara sua vocação no estímulo a uma prosperidade sem precedentes na Europa. A ciência parecia não conhecer limites, sob pressão de uma burguesia poderosa, aflita em acelerar o desenvolvimento da indústria emergente. As classes trabalhadoras, empolgadas com as novas doutrinas revolucionárias, abriam espaço na contemporaneidade. E a Torre Eiffel reinava desafiante como símbolo de uma época em profundo processo de mudança, capaz, mesmo, de conviver com o atrevimento de um realismo literário e a linguagem difusa de uma pintura Impressionista, simplesmente incompreensíveis.

A **belle époque** não se incomodava com suas contradições. Havia um sentido de futuro na modernidade que inaugurava.

Assim também ocorria em outro cenário bem distinto. Em 4 de fevereiro de 1890, em São Leopoldo, na franja meridional do Brasil, uma chácara modesta, próxima ao Rio dos Sinos, via nascer o filho de João e Leopoldina, a quem foi dado o nome de Lindolfo. A escravidão — desconhecida naquelas paragens, mas endêmicas em todo o país — acabara de ser abolida. O Império, que, por quase sete décadas regera o Estado brasileiro, sucumbira sob o peso das idéias positivistas. No Rio de Janeiro, a jovem República enfrentava crises sucessivas na transição. São Paulo preparava-se para receber seu primeiro bonde elétrico. O progresso, antes da ordem, chegava ao Brasil.

Na casa de Lindolfo Collor, a presença da História era apenas uma promessa; o projeto republicano, um compromisso ainda ignorado; o interesse pelas artes, pela verdade, pela causa trabalhista, uma herança ética da família de imigrantes. Quanto à visão do mundo, só se percebia um olhar intuitivo, uma certeza serena de que a universalidade é acima de tudo uma virtude regional.

Festejava-se o nascimento de Lindolfo Collor na dimensão maior do espírito do imigrante, para quem a História não tem passado; é um patrimônio nostálgico e solitário, uma estrela guia na terra de adoção: algo paulatinamente enriquecido, ao sabor das novas identidades, dos projetos futuros e dos filhos. Sobretudo destes últimos.

(*) Conferência proferida pelo Ministro das Relações Exteriores, Doutor Francisco Rezek, no Tribunal Superior do Trabalho, em 16.8.90.

O Brasil não foi o único país a receber levas expressivas de imigrantes no século XIX, mas talvez tenha sido o mais privilegiado. Não forçosamente por conta da qualidade singular da imigração, de resto muito semelhante à de outros grandes centros recipientes da época. Antes, pelo impulso à integração em resposta ao acolhimento efetivo da sociedade. No Brasil, as sementes da imigração frutificaram horizontalmente, espalhando-se por todo o país, difundindo e absorvendo influências, avessas a troncos verticais, subterrâneos, exclusivistas. Poucos imigrantes, dentre tantos milhares bem sucedidos no Brasil, terão dito "Esta terra me pertence" antes de haverem ambicionado pertencer a esta terra.

Festejava-se, assim, o nascimento de Lindolfo Collor como quem festejasse mais um grau de brasilidade e, sob essa aura, São Leopoldo universalizava-se. O menino de berço modesto, Boekel de origem e Collor por afeto, não tardaria a sair pelo Brasil afora, não para protagonizar a História, ainda que o tivesse feito por força do alcance de sua obra. Mas para escrevê-la.

Aí estava — e desde o início — um dos grandes traços da figura de Lindolfo Collor. O proscênio, a glória fácil, as guirlandas do poder não o seduziam. As idéias, sim, o fascinavam. Preferia viver na inquietação constante do pensamento. Quando ensaiou seus primeiros versos, não pretendia ser poeta; só não se conformava em terminar farmacêutico. Anos mais tarde, ao exultar com o convite para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, recém-criado, não conseguiria evitar o abatimento de seus amigos: O do Trabalho?!? Por que não o da Fazenda ou o das Relações Exteriores?

Numa primeira leitura, justificava-se o espanto. Os artigos de Lindolfo Collor em defesa da reforma monetária de Washington Luiz, seu discurso pan-americanista quando o Brasil ainda buscava uma identidade republicana, sua condição de deputado federal proporcionalmente mais votado em 1926, suas intervenções como relator da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, sua certeza de que o país já devia perseguir presença internacional efetiva, incorporando-se de maneira permanente ao Conselho da Liga das Nações, ao lado de tantas outras cuidadas reflexões sobre a atormentada conjuntura do Brasil e do mundo entre-guerras, qualifivacam-no sem sombra de dúvida para os cargos mais glamorosos da República de Vargas.

Mas isso na visão de seus amigos e admiradores. Não na dele. Na sua própria, o Ministério do Trabalho acenava-lhe com o desafio irresistível de influir no encaminhamento da questão social brasileira. Em 1919, já escrevia em *A Tribuna*: "Engana-se profundamente quem supuser que dentro da nova ordem de coisas, que nasce com o fim da luta das potências, será possível ainda ir eludindo a verdadeira situação do proletariado e adiando a sua definitiva incorporação moral e econômica na civilização ocidental, que é

também a nossa. A consciência do mundo está amadurecendo para a reforma social”.

Na própria campanha presidencial de 1929, anteciparia no Manifesto de Setembro da Aliança Liberal: “A liberdade mundial para todas as indústrias e profissões é para os proletários em geral, hoje, princípio vitorioso no mundo. A proteção aos interesses dos operários deve ser completa. A conquista das oito horas de trabalho, o aperfeiçoamento e ampliação das leis de férias, dos salários mínimos, a proteção das mulheres e dos menores, todo esse novo mundo moral que se levanta, nos nossos dias, em amparo do proletariado, deve ser contemplado pela nossa legislação para que não se continue a ofender os brios morais dos nossos trabalhadores com a alegação de que o problema social no Brasil é um caso de polícia”.

Agora, em novembro de 1929, na coerência de seus compromissos com a causa trabalhista, Lindolfo Collor podia aceitar o convite de Vargas. Aceitava, na verdade, uma convocação. Seu espírito público, seu sentido de missão, sua vocação cívica mais espontânea levavam-no à pasta do Trabalho. Tanto mais porque assumia o cargo em nome de princípios sólidos e incontornáveis. “A revolução foi feita — discursaria à classe operária, em janeiro de 1931 — antes de mais nada, para garantir a liberdade de consciência do povo brasileiro e que, no que se refere às classes trabalhadoras, não basta, porém, que se lhes reconheça essa liberdade como favor, mas como de direito”.

Em março, revelava ao que viera. Em célebre Exposição de Motivos dispararia: “A revolução de outubro encontrou o trabalho brasileiro na mais completa e dolorosa anarquia”. Não sem antes dizer que “Sem a organização das classes profissionais, impossível se torna qualquer resultado apreciável na justa e necessária conjugação dos interesses patronais e proletários”.

Lindolfo Collor conseguiu fazer aprovar a constituição dos sindicatos profissionais. Que luta há de ter sido convencer o Brasil dos anos 30 de que o sindicalismo não destruía, mas confirmava o conceito de propriedade privada! Mas que consagração continuar fazendo aprovar normas sucessivas de proteção ao trabalhador, como a jornada normal do trabalho na indústria e no comércio, a organização de Comissões de conciliação, o trabalho das mulheres e das crianças as férias aos empregados e operários, a emissão de carteiras profissionais e a extensão das aposentadorias e pensões a todos os empregados e operários.

A questão do salário mínimo, Lindolfo Collor apenas a pôde encaminhar. Não lhe deram tempo para mais. Mudaram as regras do jogo político. “A mediocridade das politiquices pessoais” o alcançou, como denunciava em carta de demissão dirigida ao Chefe do Governo Provisório, em abril de

1932. Mas não só por isso deixá-la o poder. Não obstante as afrontas à ética política, talvez tivesse aceito permanecer no Ministério não houvesse sido traído nos fundamentos de seu compromisso público.

Na mesma carta a Getúlio Vargas, sentenciava mais à frente: "São de ontem as minhas pregações na tribuna parlamentar e na imprensa da Aliança Liberal em favor da liberdade de opinião, que foi um dos postulados básicos da campanha de renovação política em que me coube a responsabilidade de ser um dos líderes, embora o de menor valla. Devo afirmar a Vossa Excelência — e Vossa Excelência sabe que eu falo a verdade — que se me fosse dito que a revolução se faria precisamente para manietar e sufocar a liberdade, que é a pedra angular das sociedades organizadas, eu não teria sido, como fui, um dos elementos mais decisivos na conspiração que deflagrou o movimento de 3 de outubro".

Os anos seguintes são de História sombria, que Lindolfo Collor não protagonizou nem escreveu. Seu exílio — na prisão e fora dela, no Brasil e no exterior — privou o Brasil de um homem público para quem a atividade política, eminentemente ética, tinha um sentido principal, onde ele fazia valer todo seu empenho: incentivar e cultivar, na justa defesa dos seus direitos, a consciência das massas.

Suas contribuições posteriores como jornalista, pensador social e político, homem de bem, engrandeceram sua obra. Embora insistisse sempre em dizer "O meu trabalho foi imperfeito, por certo", a memória coletiva libera-o da humildade.

"Em apenas dezesseis meses e nove dias", resumiria Viana Moog, "Lindolfo Collor armou e lançou os vigamentos da atual legislação social do Brasil. A não ser José Bonifácio de Andrade e Silva, o Patriarca, com quem, aliás, ele apresenta grandes traços de similitude moral e intelectual — para começar ambos consideravam a política filha da sã moral e da razão — nenhum outro brasileiro levou a termo obra mais monumental em tão pouco prazo".

Este ano comemoramos o centenário de nascimento de Lindolfo Collor. Agora, como há cem anos, vivemos momentos importantes de transição em nossa História. Mas, hoje, contamos com patrimônio cultural e ético consideravelmente mais rico. A homenagem que em hora oportuna o Tribunal Superior do Trabalho houve por bem organizar constitui, na verdade, um ritual de evocação, ao primeiro plano de nossa sensibilidade, daqueles mesmos valores que um dia agigantaram o Brasil e que, hoje, tanto nos motivariam a melhor enfrentar o desafio da contemporaneidade. Refiro-me à ética política, à grandeza de visão, ao espírito público e ao compromisso com a cidadania do brasileiro Lindolfo Collor, notável estadista, extraordinária

consciência. Trabalho. Tanto mais porque assumia o cargo em nome de princípios sólidos e incontornáveis. "A revolução foi feita — discursaria à classe operária, em janeiro de 1931 — antes de mais nada, para garantir a liberdade de consciência do povo brasileiro e que, no que se refere às classes trabalhadoras, não basta, porém, que se lhes reconheça essa liberdade como favor, mas como de direito".